

Sócios

Adriano Pinto Machado

Rafael Motta Furtado

Advogados

Bruna Tarabossi Pereira

Eric Bruno Nunes dos Santos

Vanessa Peçanha Alves

Estagiários

Luisa M. Bortolini de Castro

Matheus Cardoso Mendonça

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 46ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ,**

Processo nº 0240462-17.2017.8.19.0001

ADRIANO PINTO MACHADO, brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 018 .301.597-55 e na Ordem dos Advogados do Brasil , Seccional do Rio de Janeiro sob o nº 77.188, com endereço eletrônico: adrianomachado@pintomachado.adv.br, honrosamente nomeado Perito por este Douto Juízo, nos autos da Ação de Cobrança de Honorários Advocatícios, movida por **FRANCISCO ANTONIO FABIANO MENDES** em face de **LUIZ FERNANDO OLIVEIRA PIRES**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa

BRASIL

www.pintomachado.adv.br

PORTUGAL

RIO DE JANEIRO - RJ

Av. Rio Branco, 143 - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro
RJ - 20040-006
Tel.: (55 21) 2232-6556

SÃO PAULO - SP

Av. Paulista, 2.073 - Gr. 1111
Bela Vista - São Paulo
SP - 01311-940
Tel.: (55 11) 94050-9586

VITÓRIA - ES

Av. Nossa Senhora da Penha, 595
Tiffany Center, Torre 2, sala 707
Praia do Canto - Vitória - ES - 29055-131
Tel.: (55 27) 4042-4278

LISBOA - PT

Av. da República, 3000 - Ed. Estoril Office
Porta B, 3º Escritório 34, Sala 23
Alcabideche - 2649-517
Tel.: +351 211 319 246

Excelência, apresentar o **LAUDO PERICIAL**, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Outrossim, requer, ainda, a **expedição de mandado de pagamento, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)**, referente aos honorários periciais homologados por este Douto Juízo (Index 208 e 1.396), cujos valores encontram-se na Conta Judicial nº 3300118003966, Agência 2234 (Index 231 e 242).

Termos em que,
pede deferimento.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2020.

Adriano Pinto Machado
OAB/RJ 77.188

BRASIL

www.pintomachado.adv.br

PORTUGAL

RIO DE JANEIRO - RJ
Av. Rio Branco, 143 - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro
RJ - 20040-006
Tel.: (55 21) 2232-6556

SÃO PAULO - SP
Av. Paulista, 2.073 - Gr. 1111
Bela Vista - São Paulo
SP - 01311-940
Tel.: (55 11) 94050-9586

VITÓRIA - ES
Av. Nossa Senhora da Penha, 595
Tiffany Center, Torre 2, sala 707
Praia do Canto - Vitória - ES - 29055-131
Tel.: (55 27) 4042-4278

LISBOA - PT
Av. da República, 3000 - Ed. Estoril Office
Porta B, 3º Escritório 34, Sala 23
Alcabideche - 2649-517
Tel.: +351 211 319 246

Autor: Francisco Antônio Fabiano Mendes

Réu: Luiz Fernando Oliveira Pires

Processo nº 0240462-17.2017.8.19.0001

Vara de Origem: 46ª Vara Cível da Comarca da Capital

I – RELATÓRIO

Trata-se, em breve síntese, de Ação de Cobrança de Honorários Advocatícios ajuizada por Francisco Antônio Fabiano Mendes, em decorrência dos serviços prestados ao Réu, Sr. Luiz Fernando Oliveira Pires, nos autos da demanda, autuada autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, em trâmite perante Douto Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Após regular citação, o Réu apresentou contestação na qual aduziu como preliminar inépcia da petição inicial, requerendo seu indeferimento, e, no mérito, a improcedência do pedido, ante a inexistência de contratação onerosa de serviços advocatícios, motivo pelo qual não seria devida qualquer verba ao Autor.

Por sua vez, em réplica, o Autor alegou que resta cabalmente demonstrado pelos documentos acostados a petição inicial que houve prestação de serviços advocatícios e que, portanto, deveria ser remunerado pelo trabalho desempenhado.

BRASIL

www.pintomachado.adv.br

PORTUGAL

RIO DE JANEIRO - RJ
Av. Rio Branco, 143 - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro
RJ - 20040-006
Tel.: (55 21) 2232-6556

SÃO PAULO - SP
Av. Paulista, 2.073 - Gr. 1111
Bela Vista - São Paulo
SP - 01311-940
Tel.: (55 11) 94050-9586

VITÓRIA - ES
Av. Nossa Senhora da Penha, 595
Tiffany Center, Torre 2, sala 707
Praia do Canto - Vitória - ES - 29055-131
Tel.: (55 27) 4042-4278

LISBOA - PT
Av. da República, 3000 - Ed. Estoril Office
Porta B, 3º Escritório 34, Sala 23
Alcabideche - 2649-517
Tel.: +351 211 319 246

Em seguida, este Douto Juízo determinou a produção de prova pericial, nomeando este Perito para a elaboração do laudo pericial, **com o objetivo de arbitrar os honorários advocatícios devidos pelo trabalho efetivamente realizado.**

II – DO TRABALHO EFETIVAMENTE REALIZADO PELO AUTOR NO PROCESSO AUTUADO SOB O Nº 0014564-74.2003.8.19.0001, EM TRÂMITE PERANTE DOUTO JUÍZO DA 43ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

Trata-se, em suma, de Ação Indenizatória por danos morais, distribuída em 07.02.2003, onde se busca a condenação dos Srs. Artur Osório Marques Falk, Fernando Orotavo Junior, Genilson Gonzaga, José Carlos Fragoso e Ricardo Boechat, ao pagamento solidário da quantia de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** pelo alegado dano extrapatrimonial infligido ao Sr. Luiz Fernando Oliveira Pires, Réu na presente demanda.

Nesse diapasão, o Perito identificou as seguintes peças processuais, subscritas pelo Advogado, ora Autor: petição inicial em 17 (dezessete) laudas, réplica em 13 (treze) laudas e 20 (vinte) petições simples, de 1 (uma) lauda, em sua maioria manifestações indicando as providências necessárias a regularização do polo passivo, em razão do óbito de parte dos Réus na demanda, em referência.

Assim, verifica-se que o Dr. Francisco Antônio Fabiano Mendes atuou como representante processual do Sr. Luiz Fernando Oliveira Pires, **de 07.02.2003 a 24.01.2011**, data de seu último ato processual na

demanda, em comento, uma vez que os atos subsequentes foram praticados pelo próprio Sr. Luiz Fernando Oliveira Pires, também advogado.

Assim, considerando a qualidade das peças processuais apresentadas pelo Autor, a complexidade da matéria e o tempo despendido para a elaboração das mesmas e o tempo de atuação na demanda (pouco mais de 07 (sete) anos), **o Perito arbitra, proporcionalmente ao trabalho desempenhado, como remuneração devida ao Autor a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerando os valores sugeridos pela Tabela XII, Item 1.1.1 da Ordem dos Advogados, Seccional do Rio de Janeiro do mês de Novembro de 2020.**

II - RESPOSTAS AOS QUESITOS

QUESITOS DO AUTOR

1. QUEIRA O DR. PERITO EXAMINAR OS AUTOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO EM QUE O AUTOR REPRESENTOU O RÉU, EM AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS, CONTRA VÁRIOS RÉUS, INFORMANDO SE NA PETIÇÃO INICIAL, RÉPLICA E DEMAIS PEÇAS ELABORADAS PELO AQUI AUTOR SÃO DE BOA QUALIDADE TÉCNICA, OU SE O DR. PERITO IDENTIFICOU ALGUMA FALHA, ESPECIFICANDO-A.

Resposta: O Perito informa que o Dr. Francisco Antônio Fabiano Mendes, enquanto representante processual do ora Réu, no processo autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, em trâmite perante

Página **5** de **17**

BRASIL

www.pintomachado.adv.br

PORTUGAL

RIO DE JANEIRO - RJ
Av. Rio Branco, 143 - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro
RJ - 20040-006
Tel.: (55 21) 2232-6556

SÃO PAULO - SP
Av. Paulista, 2.073 - Gr. 1111
Bela Vista - São Paulo
SP - 01311-940
Tel.: (55 11) 94050-9586

VITÓRIA - ES
Av. Nossa Senhora da Penha, 595
Tiffany Center, Torre 2, sala 707
Praia do Canto - Vitória - ES - 29055-131
Tel.: (55 27) 4042-4278

LISBOA - PT
Av. da República, 3000 - Ed. Estoril Office
Porta B, 3º Escritório 34, Sala 23
Alcabideche - 2649-517
Tel.: +351 211 319 246

Douto Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca da Capital, foi responsável por elaborar a petição inicial, em 17 (dezesete) laudas, réplica em 13 (treze) laudas, além de 20 (vinte) petições simples, de 1 (uma) lauda, em sua maioria manifestações indicando as providencias necessárias a regularização do polo passivo.

Quanto ao conteúdo da petição inicial e da réplica, mormente se as mesmas adotaram os argumentos pertinentes, o Perito deixa de se manifestar, no ponto, por entender que qualquer manifestação sobre a estratégia de atuação do profissional, em referência, e sua adequação, foge ao escopo do trabalho para o qual foi nomeado.

2. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE ESSA DEMANDA COMPENSATÓRIA DE DANOS MORAIS FOI MOTIVADA PELA ACUSAÇÃO, FEITAS POR DIVERSAS PESSOAS, DE SUSPEITO DESVIO DE DINHEIRO DE UMA EMPRESA DO EMPRESÁRIO ARTUR FALK, O QUAL TERIA SIDO PERPETRADO PELO ADVOGADO LUIZ FERNANDO OLIVEIRA PIRES.

Resposta: O Perito informa que a demanda judicial, autuada sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, em trâmite perante Douto Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca da Capital, foi deflagrado pelo ora Réu, à época da distribuição representado processualmente pelo ora Autor, tendo por pedido a condenação do Sr. Artur Osório Marques Falk, Sr. Fernando Orotavo Junior, Sr. Genilson Gonzaga, Sr. José Carlos Fragoso e Sr. Ricardo Boechat ao pagamento de indenização por danos morais.

A causa de pedir remota fundava-se no fato de que as pessoas supramencionadas teriam ofendido a honra do ora Réu, Dr. Luiz Fernando Oliveira Pires, por alegarem que o mesmo teria recebido indevidamente pagamento correspondente a honorários advocatícios, num “esquema” [sic] de desvio de recursos por instituição financeira em liquidação extrajudicial, a saber, o Banco Inter Union S/A (Index 02 da Ação Indenizatória).

3. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE O SITE DO CONJUR NOTICIOU ESSE FATO, QUANDO DO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS IMPETRADO EM FAVOR DO AQUI RÉU E DENEGADO PELO TRF-2.

Resposta: O Perito informa que a notícia veiculada no site Consultor Jurídico (Conjur), em 13.03.2006, tem por título “Advogado não consegue trancar Ação Penal por crime financeiro”, cujo teor ora se transcreve:

“O advogado Luiz Fernando Oliveira Pires não conseguiu trancar Ação Penal a que responde por crime contra o sistema financeiro. Ele é acusado de se receber indevidamente R\$ 2 milhões de honorários advocatícios do banco Inter Union. A 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou pedido de Habeas Corpus do advogado, que pretendia suspender audiência marcada para esta terça-feira (14/3) e trancar o processo contra ele. Ainda cabe recurso. O Inter Union está em processo de liquidação extrajudicial desde 1997 por causa de um rombo de R\$ 240 milhões no título de capitalização Papa Tudo, administrado pela instituição financeira. O mérito da ação será julgado pela 5ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, que recebeu uma denúncia do Ministério Público Federal.”

Segundo a denúncia do MPF, o advogado teria recebido a quantia por atuar no resgate das Letras do Tesouro de Alagoas em favor do banco. O MPF acusa o advogado de sequer ter atuado no processo de recebimento dos títulos, já que o contrato de prestação de serviços advocatícios, firmado entre o réu e o Banco Inter Union em outubro de 1997, foi rescindido cinco anos antes da data do pagamento dos honorários.

Para o MPF, o pagamento de honorários foi fruto de uma operação de fachada, feita em conluio com o liquidante da instituição financeira para desviar recursos do banco. O artigo 5º da Lei 7.492/86, que trata dos crimes contra o sistema financeiro nacional, prevê punição para o controlador, os administradores, o interventor ou o liquidante que se aproprie de dinheiro, título, valor ou qualquer outro bem móvel de instituição financeira, em proveito próprio ou alheio.

A defesa do advogado alega que ele não poderia figurar como réu porque não exerceu nenhum dos cargos previstos na lei. Por isso, o advogado pediu o trancamento da Ação Penal.

O desembargador federal Abel Gomes, relator do caso, esclareceu que o que se imputa ao réu é uma conduta em co-autoria. "Como se pode perceber, a figura típica do artigo 5º da Lei 7.492/86 contempla duas situações de destinatários de recursos apropriados ou desviados, que são o próprio agente da apropriação ou do desvio (no caso, o primeiro denunciado na ação penal, o liquidante extrajudicial do banco Interunion, que teria desviado os valores em proveito do advogado) e o terceiro a quem os recursos são desviados em proveito alheio (no caso, o próprio advogado)."

O relator do processo ainda considerou ser improcedente a alegação de que o advogado estaria sofrendo constrangimento ilegal na medida em que a mera instauração de Ação Penal, ainda que importe ônus, não impede por si só o exercício de suas atividades profissionais.

Por fim, o desembargador enfatizou que o prosseguimento da ação é uma oportunidade para que o acusado possa se defender e contestar as alegações do MPF. "A oportunidade para que o paciente possa deduzir sua defesa e, sendo o caso, fazer prova contrária à conduta que lhe é imputada se perfaz durante a instrução criminal, quando assegurados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório".

4. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE O ANDAMENTO DO PROCESSO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS FOI DIFICULTADO, OU IMPEDIDO, PELA DIFICULDADE OU IMPOSSIBILIDADE DE CITAÇÃO DOS SUCESSORES DE ALGUNS RÉUS, QUE FALECERAM NO CURSO DO PROCESSO, TENDO TAIS ÓBITOS DETERMINADO A SUSPENSÃO DO PROCESSO.

Resposta: O Perito informa que, efetivamente, o andamento moroso do processo, autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, em trâmite perante Douto Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca da Capital, se deu em razão da necessidade de regularização do polo passivo da demanda, haja vista a noticiada morte de parte dos Réus.

Assim, o Perito informa que o processo, em epígrafe, foi suspenso, por algumas oportunidades, a fim de viabilizar a substituição processual dos Réus falecidos por seus Espólios.

5. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR EM QUAL DATA O RÉU CASSOU O MANDATO OUTORGADO AO AUTOR, O QUE ELE FEZ POR MEIO DE NOMEAÇÃO DA ADVOGADA LÍVIA MICAELA, E SE O AQUI RÉU NOTIFICOU O AUTOR, DESSA CASSAÇÃO; SE TIVER HAVIDO NOTIFICAÇÃO, QUAL A RESPECTIVA DATA.

Resposta: O Perito informa que não pode indicar, com exação, a data em que o mandato outorgado a parte autora pelo ora Réu foi cassado.

Isso porque, compulsando os autos do processo autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, verifica-se que o último ato processual

subscrito pelo Autor se deu em 24.01.2011 (Index 28 dos autos da Ação Indenizatória), momento a partir do qual o próprio Réu, Dr. Luiz Fernando Oliveira Pires, também advogado, passou a subscrever as petições.

Outrossim, o Perito identificou que fora juntada ao processo, em comento, procuração datada de 25.02.2014, onde o Dr. Luiz Fernando Oliveira Pires, ora Réu, constitui como sua representante processual a Dra. Lívia Micaela Pinto Nunes, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro sob o nº 159.984 (Index 11 dos autos e Index 868 dos autos da Ação Indenizatória).

6. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE EXISTE ALGUM DOCUMENTO EM QUE O AUTOR TENHA SE COMPROMETIDO A TRABALHAR GRATUITAMENTE PARA O RÉU, E AINDA, SE A ONEROSIDADE O TRABALHO ADVOCATÍCIO É SEMPRE PRESUMIDA.

Resposta: O Perito informa que não identificou nenhum documento que ateste que a prestação de serviços advocatícios pelo Autor, na demanda judicial autuada sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, em trâmite perante Douto Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca da Capital, se daria a título gratuito.

Somado a isso, o Perito esclarece que o exercício da advocacia se dá, em regra, a título oneroso, salvo as causas patrocinadas sob a modalidade *pro bono*, nos termos do artigo 30 do Código de Ética e Disciplina da OAB, marcadas pela eventualidade.

7. QUEIRA O DR. PERITO ARBITRAR O VALOR QUE O RÉU DEVE PAGAR AO AUTOR, POR TODO O TRABALHO FEITO EM FAVOR DELE, AO LONGO DE VÁRIOS ANOS.

Resposta: Considerando a qualidade das peças processuais apresentadas pelo Autor, a complexidade da matéria e o tempo despendido para a elaboração das mesmas e o tempo de atuação na demanda (pouco mais de 07 (sete) anos), o Perito arbitra, proporcionalmente ao trabalho desempenhado, como remuneração devida ao Autor a quantia de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, conforme Tabela XII, Item 1.1.1, da Ordem dos Advogados, Seccional do Rio de Janeiro do mês de Novembro de 2020.

8. QUEIRA O DR. PERITO PRESTAR QUALQUER OUTRO INFORME RELEVANTE PARA O CORRETO DESLINDE DA DEMANDA.

Resposta: O Perito informa que apresentou todos os esclarecimentos necessários ao deslinde da demanda.

QUESITOS DO RÉU

1. QUEIRA O DR. PERITO EXAMINAR OS AUTOS DO PROCESSO Nº 0014564-74.2003.8.19.0001.

Resposta: O Perito esclarece que examinou integralmente os autos do processo, autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, em trâmite perante Douto Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca da Capital, para responder aos quesitos apresentados por ambas as partes.

2. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR A DATA DO ÚLTIMO ATO PRATICADO PELO AUTOR NAQUELA DEMANDA (PROCESSO Nº 0014564-74.2003.8.19.0001).

Resposta: O Perito informa que o último ato processual subscrito pelo Dr. Francisco Antônio Fabiano Mendes, enquanto representante processual do ora Réu, na demanda judicial apontada, se deu em 24.01.2011 (Index 28 dos autos da Ação Indenizatória).

3. QUEIRA O DR. PERITO ESCLARECER SE APÓS TAL DATA O AUTOR PRATICOU ALGUM OUTRO ATO PROCESSUAL, OU SE O RÉU PASSOU A ATUAR EM CAUSA PRÓPRIA.

Resposta: O Perito esclarece que, após 24.01.2011, o Dr. Francisco Antônio Fabiano Mendes não praticou nenhum outro ato processual, passando o Dr. Luiz Fernando Oliveira Pires, ora Réu, a assumir sua própria representação processual (Index 833 dos autos da Ação Indenizatória).

4. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE AUTOR E RÉU FORAM SÓCIOS EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, E SE DESFIZERAM A SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

Resposta: O Perito informa que Autor e Réu foram sócios no escritório de advocacia denominado "Fabiano Mendes & Fernando Pires Advogados", doravante "FMFP" e que, a sociedade, em referência, fora desfeita em 06.06.2011, através de instrumento particular (Index 153 dos autos).

5. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE AS PARTES AJUSTARAM EM TERMO ESPECÍFICO A CISÃO DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS (F. 153/155); E SE NO ITEM 6 DO REFERIDO TERMO FORAM ESTABELECIDAS QUITAÇÕES RECÍPROCAS.

Resposta: Conforme apontado no quesito anterior, a sociedade entre Autor e Réu fora desconstituída em 06.06.2011, através de instrumento particular (Index 153 dos autos), do qual se extrai cláusula de quitação recíproca relativa aos lucros gerados, cujo teor ora se transcreve:

"6. Inobstante a igualdade de cotas sociais (50% para cada um), que teoricamente implicaria em divisão igualitária dos lucros gerados por "FMFP", "Francisco" e "Luiz Fernando" sempre os partilharam conforme regras verbalmente ajustadas, bem cumpridas de parte a parte, razão pela qual declaram, ambos, que hoje não há valores a receber, seja de "FMFP", seja um do outro como pessoas físicas, com ressalva de alguns créditos vincendos, cuja repartição se fará conforme cláusulas seguintes". (grifou-se)

6. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE O PROC. Nº 0014564-74.2003.8.19.0001 FOI OBJETO DE RESSALVA NA QUITAÇÃO AJUSTADA ENTRE AS PARTES (F. 154, ITEM 6).

Resposta: O Perito informa que não há menção expressa ao processo autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, em trâmite perante Douto Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca da Capital, na cláusula, em referência, como se nota da transcrição feita no quesito anterior.

7. QUEIRA O DR. PERITO ESCLARECER SE A DATA DO ÚLTIMO ATO PRATICADO PELO AUTOR SE RELACIONA COM A CISÃO DA SOCIEDADE ENTÃO MANTIDA PELAS PARTES; E SE O AUTOR JUSTIFICA O FATO DE TER SIMPLEMENTE DEIXADO DE ATUAR NO PROC. N° 0014564-74.2003.8.19.0001.

Resposta: O Perito informa que o último ato processual subscrito pelo Dr. Francisco Antônio Fabiano Mendes, enquanto representante processual do ora Réu, na demanda judicial apontada, se deu em 24.01.2011, enquanto a sociedade entre ambas as partes fora desconstituída em 06.06.2011.

Nesse diapasão, o Perito informa que a data do último ato processual praticado pelo Autor nos autos do processo autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001 se deu no mesmo ano em que a sociedade mantida com o Réu, até então, fora desfeita.

8. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE A ATUAÇÃO DO AUTOR NO PROC. N° 0014564-74.2003.8.19.0001 LIMITOU-SE À INICIAL E ALGUMAS PETIÇÕES DE IMPULSIONAMENTO, E HOUVE A CORRETA FORMAÇÃO DO POLO PASSIVO.

Resposta: O Perito esclarece que o Autor, enquanto representante processual do Réu, nos autos do processo autuado sob o nº 0014564-74.2003.8.19.0001, até o momento em que fora destituído, subscreveu a petição inicial e algumas petições simples, a maioria delas destinada a manifestações quanto a regularização do polo

passivo naquela demanda, em razão da notícia de óbito de parte dos Réus.

9. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE O AUTOR FOI DERROTADO EM OUTRA DEMANDA TAMBÉM AJUIZADA CONTRA O AQUI RÉU (PROC. Nº 0118541-91.2017.8.19.0001), NO QUAL SEU RECURSO FOI DECLARADO DESERTO.

Resposta: O Perito informa que no processo autuado sob o nº 0118541-91.2017.8.19.0001, que tramitou perante o Douto Juízo do V Juizado Especial Cível de Copacabana, o ora Autor buscava a condenação do ora Réu, ao ressarcimento da quantia de R\$ 2.948,11 (dois mil, novecentos e quarenta e oito reais e onze centavos), a título de verbas trabalhistas, devidas a Sra. Maria Margarida, alegadamente arcadas na integralidade pelo ora Autor, quando deveriam ter sido pagas, em valor proporcional, por Autor e Ré, em razão da desconstituição da sociedade advocatícia, que ambos mantinham.

Nesse diapasão, a demanda judicial, em referência, fora julgada improcedente, por ausência de provas relativas aos fatos constitutivos do direito do Autor (Index 60 e 63 dos autos da Ação de Ressarcimento por Enriquecimento Sem Causa).

Somado a isso, o Perito informa que o Recurso Inominado interposto pelo ora Autor, na demanda apontada, fora julgado deserto, conforme despacho proferido em 26.10.2017 (Index 140 dos autos da Ação de Ressarcimento por Enriquecimento Sem Causa).

10. QUEIRA O DR. PERITO INFORMAR SE O AUTOR TAMBÉM TEVE CONTRA SI DEFERIDA LIMINAR PARA CANCELAR ILEGAL PROTESTO DE TÍTULO QUE HAVIA EFETIVADO CONTRA O RÉU (PROC. Nº 0235718-76.2017.8.19.0001).

Resposta: O Perito informa que nos autos do processo autuado sob o nº 0235718-76.2017.8.19.0001, perante o Douto Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital, onde figura como Autor, o Dr. Luiz Fernando Oliveira Pires, e, como Réu, o Dr. Francisco Antônio Fabiano Mendes, fora deferida liminar para que fosse efetivado cancelamento de protesto promovido perante o Cartório do 1º Ofício de Protestos e Títulos da Capital.

11. QUEIRA O DR. PERITO PRESTAR QUALQUER OUTRO INFORME, QUE REPUTE RELEVANTE.

Resposta: O Perito informa que apresentou todos os esclarecimentos necessários ao deslinde da demanda.

IV – CONCLUSAO

Nesse passo, de acordo com as conclusões acima aduzidas, o Perito arbitra como valor devido ao Autor pelo trabalho efetivamente desempenhado a quantia de **R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerando os valores sugeridos pela Tabela XII, Item 1.1.1 da Ordem dos Advogados, Seccional do Rio de Janeiro do mês de Novembro de 2020.**

IV - ENCERRAMENTO

E, tendo concluído o presente laudo com 17 (dezesete) laudas, o Perito, desde já, se coloca à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2020.

Adriano Pinto Machado
OAB/RJ 77.188

BRASIL

www.pintomachado.adv.br

PORTUGAL

RIO DE JANEIRO - RJ

Av. Rio Branco, 143 - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro
RJ - 20040-006
Tel.: (55 21) 2232-6556

SÃO PAULO - SP

Av. Paulista, 2.073 - Gr. 1111
Bela Vista - São Paulo
SP - 01311-940
Tel.: (55 11) 94050-9586

VITÓRIA - ES

Av. Nossa Senhora da Penha, 595
Tiffany Center, Torre 2, sala 707
Praia do Canto - Vitória - ES - 29055-131
Tel.: (55 27) 4042-4278

LISBOA - PT

Av. da República, 3000 - Ed. Estoril Office
Porta B, 3º Escritório 34, Sala 23
Alcabideche - 2649-517
Tel.: +351 211 319 246